

O Quinto Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores: mudanças programáticas e reorientação partidária

DARLAN FERREIRA MONTENEGRO*

Apresentação¹

O tema abordado no presente trabalho é mudança ocorrida no interior do Partido dos Trabalhadores, entre a sua fundação, em 1980, e a realização de seu Vº Encontro Nacional, em 1987, no que diz respeito aos fundamentos do pensamento político predominante no interior do partido ou, ao menos, entre segmentos dirigentes da agremiação, que vão desde as direções intermediárias até a cúpula partidária. Ocorreram, no Vº Encontro, ao mesmo tempo, uma reavaliação da ideia original de que o partido não poderia ser o dirigente dos diversos movimentos com os quais se relacionava e uma aproximação entre o pensamento petista predominante e o da esquerda de massas dita “tradicional” (com elementos presentes nas tradições social-democrata e comunista). Essa transformação pode ser constatada com base na análise dos documentos oficiais do partido, em especial as resoluções dos encontros nacionais.

O cotejo das resoluções do Primeiro Encontro com as do Quinto revela que o partido transitou de uma posição que recusava o papel de organização dirigente das lutas sociais e, por conseguinte, a necessidade de adoção de definições programáticas claras, consideradas como intrinsecamente anti-democráticas, para uma outra que apostava justamente num papel dirigente para o partido (papel esse que tornava necessária uma maior clarificação dos objetivos programático-partidários).

O fato de que essa mutação ocorreu justamente no período em que o Partido dos Trabalhadores adotou uma orientação política voltada para a disputa da Presidência da

* Professor adjunto de teoria política do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

¹ Este trabalho apresenta resultados parciais de pesquisa de mesmo título, ora em desenvolvimento junto ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A pesquisa, por sua vez, é um desdobramento de minha tese de doutoramento em ciência política, *O Avesso do Príncipe: programa e organização nas origens do Partido dos Trabalhadores* (MONTENEGRO, 2009), defendida em junho de 2009, no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, sob a orientação do professor Cesar Guimarães.

República, com base na formação de uma aliança política de esquerda, sugere, ainda, que o período decorrido entre 1980 e 1987 foi caracterizado por uma importante mudança na cultura política de importantes segmentos petistas. Tais segmentos migram de uma identidade política que estabelecia como centros articuladores da vida militante os movimentos sociais e suas pautas reivindicatórias, para um tipo de atuação cujo centro é o partido, com objetivos de longo prazo que ultrapassam o horizonte sindical. De avesso do "príncipe" gramsciano, em 1980, o PT parece, em 1987, pretender se converter justamente no partido dirigente, não apenas dos movimentos sociais, mas da esquerda política brasileira em seu conjunto.

1. Introdução

O Partido dos Trabalhadores ocupa lugar de grande destaque entre as agremiações partidárias brasileiras. Surgido no final dos anos 70, o partido tornou-se, no decorrer dos decênios seguintes, a principal força política da esquerda brasileira, tanto do ponto de vista de sua relação com os movimentos sociais mais importantes, quanto no que diz respeito a sua presença na arena eleitoral. Quanto ao primeiro aspecto, o PT possui, desde as origens, fortes vínculos com os segmentos do movimento sindical que, após protagonizarem o surto grevista do fim da década de 70, lideraram a constituição da Central Única dos Trabalhadores, surgida na primeira metade dos anos 80 e que, posteriormente, tornar-se-ia a maior central sindical do país. O PT também esteve vinculado a uma ampla gama de manifestações associativas urbanas que contribuíram para a formação do partido e para que ele se tornasse depositário das expectativas de um conjunto expressivo de ativistas (KECK, 1991: 76-103). Também no campo, o Partido dos Trabalhadores constituiu fortes vínculos com os movimentos que, na esteira das primeiras ações organizativas protagonizadas nos anos 50 pelas Ligas Camponesas, amadureceram entre os anos 70 e 80, constituindo-se em importantes agentes da luta social e política no Brasil. (*Idem*).

O PT também se tornou referência para uma grande parcela dos movimentos que, desde a década de 1960, haviam ganhado relevância em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, em torno de temas como a emancipação da mulher, o combate ao racismo, a liberdade de orientação sexual e a questão ambiental (AARÃO REIS, 2007b: 508-509). Nenhum outro partido da esquerda brasileira logrou, nesse mesmo período,

estabelecer vínculos tão sólidos com um espectro tão amplo de movimentos sociais relevantes.

Quanto ao aspecto eleitoral, o sucesso do PT é evidente. Tendo participado pela primeira vez de eleições em 1982, o partido experimentou, desde então, um crescimento constante no que diz respeito tanto ao número de votos obtidos quanto ao espaço efetivamente ocupado nas estruturas representativas de poder (parlamentos e governos nos três níveis). As duas vitórias de Lula, em 2002 e 2006, e a eleição de Dilma Rousseff para a Presidência da República, em 2010, ainda que com um percentual de votos um pouco menor do que aquele obtido por Lula em 2006, configuram uma demonstração inequívoca da força política do partido e do ex-presidente da República. Mais eloquente do que quaisquer números, no entanto, é a presença crescente e ininterrupta do Partido dos Trabalhadores e de Lula enquanto referências obrigatórias para os debates políticos nacionais, ao longo das últimas três décadas. Para todos os efeitos, o PT é o mais importante símbolo político da esquerda brasileira contemporânea e, tendo em vista as limitações que seu predecessor mais direto – o Partido Comunista Brasileiro – enfrentou, em termos de projeção política, em função da clandestinidade quase permanente, o PT é também o mais reconhecido e influente partido de esquerda da história brasileira.

A despeito de sua inegável importância no cenário político brasileiro, o Partido dos Trabalhadores ainda constitui um desafio à compreensão, em termos acadêmicos. A necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre o PT, especialmente sobre o processo de formação do partido e a definição de seu caráter, fica evidente, em primeiro lugar, no que diz respeito à quantidade de trabalhos produzidos. David Samuels, escrevendo em 2004, afirma que a produção em inglês acerca do PT enquanto instituição nacional foi de apenas um artigo, desde o início dos anos 90, momento a partir do qual as investigações dos estudiosos do partido passaram a focar, principalmente, os aspectos inovadores das administrações municipais petistas. A produção em português não difere muito desse padrão. Alguns trabalhos seminais como os de Souza (1988), Keck (1991) e Meneguello (1989) vieram a público entre o final da década de 80 e o início da década seguinte (embora tenham todos sido produzidos ao longo dos anos 80). O período posterior viu surgir uma produção razoavelmente grande sobre aspectos regionais da trajetória do PT (o processo de formação do partido em

alguns estados e as administrações municipais, especialmente São Paulo e Porto Alegre, foram o principal foco de interesse). A formação do partido, assim como a definição original de seu caráter enquanto organização política, por outro lado, praticamente deixaram de ser estudadas em termos acadêmicos. Ao longo da década seguinte, vieram a público poucos estudos universitários a respeito do PT enquanto instituição nacional, dentre os quais sobressaem, por sua repercussão, os de Azevedo (1995) e, principalmente, César (2002).

A relativa escassez de estudos sobre o PT enquanto partido de dimensões nacionais, porém, não é o maior limitador para uma melhor compreensão de suas características. Existe, na verdade, uma problema de caráter interpretativo que atinge, direta ou indiretamente, boa parte dos trabalhos dedicados ao PT e que dificulta o entendimento da dinâmica de funcionamento do partido, especialmente à luz de sua evolução mais recente. A literatura sobre o PT, em especial os primeiros trabalhos que o estudaram, foi fortemente influenciada pela imagem que o partido construiu de si mesmo e de seu lugar na sociedade brasileira.

A corrente predominante de interpretações sobre o partido (que inclui, pelo menos, os trabalhos de Keck, Meneguello, César e Azevedo) carrega consigo o peso da vinculação a uma certa herança intelectual e acadêmica que foi absorvida em larga medida pelo próprio Partido dos Trabalhadores em suas origens, participou de forma ativa na construção da cultura política petista e terminou por influenciar, de maneira marcante, os estudos sobre o PT. Trata-se da vertente do pensamento acadêmico paulista que se constituiu em torno de uma interpretação da sociedade brasileira de caráter acentuadamente anti-estatista, crítico ao que considerava uma hipertrofia do Estado em comparação com as dimensões supostamente raquíticas da sociedade civil. O elemento-chave da interpretação proposta por essa tradição acerca dos aspectos políticos da sociedade brasileira, nas décadas que se sucederam à Revolução de 1930 e antecederam o Golpe de 1964, é o conceito de *populismo*.

Além de influenciar de forma muito significativa os estudos sobre a classe operária brasileira, o sindicalismo e os partidos que pretenderam representá-la, a teoria do *populismo*, através de muitos dos que a adotaram, mas, especialmente, de Francisco Weffort, José Álvaro Moisés e Francisco de Oliveira, foi extremamente importante para a construção da identidade política petista, na medida em que o partido se apresentou,

no processo de disputa da hegemonia política sobre os movimentos de trabalhadores, como uma novidade radical, que rompia com um passado de formações partidárias ilegítimas. O PT, nas suas origens, pretendeu fazer *tabula rasa* das experiências anteriores de luta e organização política dos trabalhadores brasileiros. E a ação de membros do mundo acadêmico e da intelectualidade institucionalizada, tendo como referência, especialmente, o conceito de *populismo*, foi fundamental para construir, dentro e fora do partido, um discurso que conferia legitimidade à intenção dos petistas de condenar ao esquecimento as tradições de organização dos trabalhadores que o precederam.

Em anos recentes (desde o final da década de 1990, aproximadamente), o conceito de *populismo* tem sido objeto de importantes questionamentos por parte da literatura dedicada ao tema dos movimentos de trabalhadores no Brasil, o mesmo ocorrendo com a idéia anteriormente consagrada de que as mobilizações sindicais ocorridas no fim da década de 1970 configurariam uma ruptura radical com as práticas e estruturas do sindicalismo brasileiro que lhes antecederam. A profundidade da crítica ao conceito de *populismo* e à sua capacidade explicativa, bem como os esforços envidados no sentido de construir uma nova matriz interpretativa tem variado, a depender dos autores e, num certo sentido, das instituições envolvidas no processo². Ao enfraquecimento do *populismo* enquanto instrumento explicativo da história dos trabalhadores brasileiros, não correspondeu ainda, entretanto, uma nova leva de estudos sobre o PT com base em outro aparato conceitual. Essa ausência se torna ainda mais curiosa se levarmos em conta o fato de que o próprio partido abandonou, já há algum tempo, boa parte das referências identitárias que foram centrais ao seu processo de formação.

Há, por outro lado, na maior parte dos estudos tradicionais (e que poderíamos chamar de canônicos), uma rica reconstrução da conjuntura política e dos debates que

² Ressaltando sempre que há uma considerável variação entre as opiniões e análises dos diversos autores, poderíamos destacar alguns dentre os estudiosos que contribuíram com trabalhos recentes para a crítica ao conceito de populismo ou para a renovação dos estudos acerca do movimento sindical brasileiro. No primeiro caso, os nomes de maior destaque são, provavelmente, os de Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira. Dentre os autores que, desde a década de 1980, vêm empreendendo uma abordagem dos temas relativos à história dos trabalhadores que evita as definições de caráter generalista em favor de uma compreensão mais pormenorizada da trajetória desses trabalhadores, de seus partidos e movimentos, podemos destacar Antonio Luigi Negro, Fernando Teixeira da Silva, Hélio da Costa, Alexandre Fortes, Marco Aurélio Santana e Marcelo Badaró Mattos, entre outros.

levaram à fundação do PT, bem como das principais decisões tomadas pelos protagonistas desse processo de construção. No que tange à interpretação, porém, faz-se necessário romper com as noções estabelecidas como verdades ao longo dos anos 80 e 90, para permitir uma visão mais concreta acerca das concepções políticas que nortearam a construção do programa e das estruturas de funcionamento do Partido dos Trabalhadores. O PT é um partido de características complexas e não pode ser compreendido com base em definições que não reflitam essa complexidade.

Se levarmos em conta a imensa importância de um partido que inicia sua terceira gestão consecutiva à frente da Presidência da República, parece evidente a necessidade de se aprofundar os conhecimentos acerca de sua trajetória e de suas características constitutivas. A pesquisa que desenvolvi quando da elaboração de minha tese de doutoramento, assim como aquela da qual o presente trabalho é resultado, têm por objetivo contribuir para uma melhor compreensão da trajetória do PT, sempre na esperança de que a consolidação do partido enquanto grande força eleitoral possa estimular uma retomada dos estudos acerca da sua trajetória.

2. Características marcantes do “PT das origens”

O Partido dos Trabalhadores, quando cotejado com outras organizações típicas da esquerda de massas ocidental, configurou, no seu período fundacional, um caso “fraco” daquilo que Maurice Duverger classificou como *partidos de massas* (os grandes partidos operários, socialistas e comunistas, típicos de alguns países da Europa Ocidental e Central), em oposição aos *partidos de quadros*, vinculados às elites sociais e econômicas (DUVERGER, 1970: 99-107). Isso significa dizer que, apesar de apresentar algumas das características sugeridas por aquele autor como sendo típicas desse tipo de organização, o PT diferia dessas agremiações em outros tantos aspectos, com destaque para sua opção expressa por não adotar definições doutrinárias e programáticas claras e pela fragilidade das suas organizações de base (os *núcleos*, equivalente petista das *seções* socialistas e das *células* comunistas).

Para descrever o tipo de opção adotada pelos petistas (ou, antes, por suas correntes hegemônicas), no que diz respeito ao programa e à organização interna, quando da fundação do partido, acredito ser oportuno fazer uso da metáfora gramsciana do *moderno príncipe* (GRAMSCI, 1999-2002, vol. 3, p. 16-17), invertida, em seus

fundamentos, pelo PT “das origens”. Enquanto o *moderno príncipe* gramsciano (ou seja, os partidos comunistas, em especial – ou mesmo exclusivamente – os ocidentais) configurava-se como uma organização dirigente de movimentos sociais tidos por Gramsci como *particularistas*, voltada para a construção do socialismo, objetivo universal que se punha acima dos interesses fragmentários do sindicalismo, o Partido dos Trabalhadores, *avesso do príncipe*, apresentou-se, em suas origens, como uma organização que não pretendia dirigir, mas *expressar* a vontade dos múltiplos atores sociais que tomaram parte na sua construção. Não podendo *dirigir*, não podia ter programa definido, nem estrutura organizacional coesa. Tratava-se, portanto, de uma *opção expressa* pela fluidez programática e organizacional e não de uma insuficiência, resultante da ausência de acúmulo político.

Creio que essa opção decorreu de diferentes elementos teóricos e políticos presentes no discurso e nas concepções de pelo menos quatro das “fontes” constitutivas do PT em seu período formativo: a primeira, a esquerda católica, marcada por uma concepção da ação política fortemente voltada para as “comunidades de base”, autônomas em relação a qualquer centro político ou referencial teórico (sobre as concepções políticas da esquerda católica, ver MAINWARING, 1989); a segunda, remanescentes da esquerda armada, constituída na década anterior, em oposição ao PCB, e influenciada de forma decisiva pela Revolução Cubana e pelo pensamento de Che Guevara e Régis Debray, que rejeitava a atuação tradicional da esquerda ocidental, marcada pelo tema da *estratégia*, pelo cálculo político, tal como pensado por Lênin e Gramsci e voltada para a ação militar com pouca ou nenhuma mediação política de massas (sobre a esquerda armada dos anos 60, ver RIDENTI, 2007); a terceira, um ramo da intelectualidade paulista, exemplificado e dirigido principalmente por Francisco Weffort, cuja interpretação da ação política da classe operária brasileira, assentada na idéia de que controles políticos “ilegítimos”, exercidos pelo Estado e pelo Partido Comunista Brasileiro, obstaculizavam a ação efetiva desse segmento, tinha como corolário a defesa da formação de um instrumento político que, ao invés de *dirigir*, *expressasse* os *verdadeiros* interesses de classe (um esclarecedor exemplo das concepções do pensamento de Francisco Weffort encontra-se em WEFFORT, 1974); por último, o mais importante desses segmentos: o próprio núcleo de sindicalistas em

torno do qual o partido se constituiu e que se recusou firmemente a adequar suas visões e concepções a qualquer experiência partidária ou doutrina política anterior.

Somados, ainda que em desacordo sobre diversos temas, esses segmentos deram origem a um partido que recusava firmemente os temas da *estratégia* e do *programa*, ainda que por razões distintas.

O Partido dos Trabalhadores apresentou, em suas origens, grande indeterminação em termos programáticos e organizativos, quando cotejado com seus congêneres socialistas e comunistas. E essa indeterminação está diretamente associada, tanto no caso do programa quanto no da organização interna da militância, à opção pela *representação de interesses* e à recusa a assumir formalmente ao papel de *dirigente* dos movimentos sociais aos quais estava vinculado. Também relevantes para essas indeterminações são as posições de Lula (que, sem dúvida, expressavam a visão de grande parte de seus companheiros de sindicalismo), que se mostra sempre vacilante diante dos valores da esquerda tradicional. Tais posições ajudam a compreender as razões que levaram os criadores do PT a pretenderem estar construindo uma organização radicalmente diferente de todas as experiências de esquerda progressistas (justamente aquelas classificadas por Duverger como *partidos de massas*) e o advento da *ideologia da tabula rasa*, que contaminaria, como já vimos, os intérpretes do partido.

A forma como os temas do socialismo e da questão estratégica de uma maneira geral aparecem nas resoluções iniciais do partido refletem a visão de que *o partido não dirige, mas expressa* a vontade e os interesses dos trabalhadores. A própria presença, ainda que pouco nítida, do socialismo enquanto referência política em tais documentos parece mais uma concessão aos grupos de caráter ideológico mais nítido que se engajaram na construção do PT do que um elemento organicamente articulado às preocupações centrais que moveram os sindicalistas *autênticos* a construí-lo. Essas últimas encontram-se, de fato, muito mais voltadas para a superação dos limites impostos pelo Estado aos direitos de organização dos trabalhadores e à livre expressão de seus interesses.

Assim, o texto do *Manifesto* de lançamento do partido, aprovado no ato fundacional, em 10 de fevereiro de 1980, não faz qualquer referência direta ao tema do socialismo, mas enfatiza a importância da liberdade de organização dos trabalhadores e o direito de participação de todos os segmentos oprimidos no processo político.

“Em oposição ao regime atual e ao seu modelo de desenvolvimento, que só beneficia os privilegiados do sistema capitalista, o PT lutará pela extinção de todos os mecanismos ditatoriais que reprimem e ameaçam a maioria da sociedade. O PT lutará por todas as liberdades civis, pelas franquias que garantem, efetivamente, os direitos dos cidadãos e pela democratização da sociedade em todos os níveis. Não existe liberdade onde o direito de greve é fraudado na hora de sua regulamentação, onde os sindicatos urbanos e rurais e as associações profissionais permanecem atrelados ao Ministério do Trabalho, onde as correntes de opinião e a criação cultural são submetidas a um clima de suspeição e controle policial, onde os movimentos populares são alvo permanente da repressão policial e patronal, onde os burocratas e tecnocratas do Estado não são responsáveis perante a vontade popular. O PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas. Neste sentido proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas. Lutará por sindicatos independentes do Estado, como também dos próprios partidos políticos.”(PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 19)

A referência à autonomia dos sindicatos com relação aos partidos não é um ponto a ser negligenciado. Ela afirma, no momento da criação do partido, a recusa deste em se apresentar como *dirigente* desses mesmos movimentos. Também está presente no *Manifesto* a crítica aos partidos construídos *de cima para baixo* ou *do Estado para a sociedade*, ao passo que o PT pretendia ser a *expressão*, construída *de baixo para cima* dos movimentos sociais dos quais se originou.

Lula defendeu da seguinte maneira a opção pela indefinição programática:

“(…) Por que a gente não deve levar para a classe trabalhadora o prato feito. Você tem que permitir que eles mesmos descubram se são ou não são socialistas ou comunistas. Você tem que dar espaço para que eles discutam e descubram por eles mesmos. E só dessa maneira os trabalhadores poderão definir que tipo de sociedade eles desejam. Ninguém tem a fórmula pronta, de uma sociedade perfeita para a classe trabalhadora. Eu acho que ela mesma tem muito mais condições de propor esse novo tipo de sociedade. (...)” (Entrevista a *Tribuna da Imprensa*, 12 de dezembro de 1980. (Apud GUIMARÃES, 1990: 19-20).

No *Programa*, aprovado ainda em 1980, em reunião realizada no dia primeiro de junho, mais uma vez o tema do socialismo está ausente. Aparece aí reafirmada, no

entanto, a preocupação expressa por Lula quanto à necessidade de que as orientações estratégicas não sejam definidas *a priori*, devendo ser construídas *de baixo para cima*:

“Para atingir este objetivo, o Partido deve estar preparado para propor alterações profundas na estrutura econômica e política da Nação. No entanto, o desenvolvimento da estratégia do PT depende de sua permanente relação com os movimentos sindical e populares que lhe deram origem como proposta de um partido de massas de amplo alcance social. Vale lembrar que os trabalhadores cresceram em sua capacidade de organização na resistência e no combate à consolidação do atual regime. Agora, com seu partido, avançam para superar este regime. Neste sentido, o Partido dos Trabalhadores já é uma conquista democrática e instrumento de avanço democrático da sociedade brasileira.” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 21)

No 1º Encontro do PT, realizado em agosto de 1981, o tema do socialismo mais uma vez não aparece. Ele surge de forma explícita, pela primeira vez, num discurso de Lula à 1ª Convenção Nacional do partido, realizada em setembro do mesmo ano. E surge, muito claramente, como reação às cobranças acerca da indefinição política do partido, afirmando, ao mesmo tempo, a tese recorrente de que o programa deve ser expressão da vontade das bases, e a idéia de que as passagens, presentes em resoluções anteriores, acerca do compromisso do partido com “uma sociedade sem explorados” consistia numa defesa concreta do socialismo³.

A partir desse momento, as referências ao socialismo nos documentos petistas seria freqüente. Permaneceria, no entanto, a indefinição quanto ao que se entendia por socialismo e, principalmente, quanto aos meios para atingi-lo. De uma maneira geral, a identidade programática petista permaneceria sempre fluida, consistindo, em termos mais elaborados, principalmente da temática da inclusão dos trabalhadores e oprimidos no universo da política, considerado uma passo indispensável à consolidação da democracia.

³ Disponível em: <<http://200.169.97.236:81/uploads/discursodelula1convecao.pdf>>. O endereço é referente ao portal da Fundação Perseu Abramo. Acesso em: 07 de fevereiro de 2009.

3. O Vº Encontro: um novo partido?

Somente em 1987, em seu Vº Encontro Nacional, o PT passaria por significativas alterações com relação às características assumidas quando da fundação, com vistas a tornar seu projeto político mais nítido.

Em meados dos anos 80, os contornos pouco nítidos do horizonte programático do PT foram objeto de intensos debates no interior do partido. Emir Sader, por exemplo, identificou as raízes do que chamou “limitações ideológicas” do partido no “classismo” que marcou sua origem, bem como numa concepção de democracia fortemente influenciada pelo liberalismo, especialmente em virtude da ascendência de um pensamento anti-marxista europeu (Foucault, Lefort, Castoriadis), sobre importantes segmentos intelectuais do partido⁴. O processo de questionamento de elementos importantes da identidade original petista, especialmente por parte de membros do próprio núcleo hegemônico mais identificados com as tradições da esquerda ocidental (em geral, oriundos de experiências políticas anteriores ao PT), levou a que, no Vº Encontro, se procurasse empreender o que poderíamos chamar de uma *refundação*, se levarmos em conta a contradição das resoluções então adotadas com as proposições que marcaram a origem do partido. No capítulo sobre a organização partidária das *resoluções*, lê-se:

“ (...) E confundimos, muitas vezes, autonomia e independência dos movimentos sociais com ausência de propostas políticas e direção. Dessa forma, apesar da enorme influência do PT nos movimentos sociais – popular, sindical, camponês, de mulheres e estudantil – milhares de militantes ainda permanecem alheios às suas instâncias organizativas. Com isso, privam-se da discussão e da vida partidária e obstaculizam a sua evolução para uma militância política conseqüente e uma consciência política socialista. O PT está confrontado com a necessidade de uma revolução na sua organização, e tem os meios para isso – sobretudo a sua base social. Mas, para que possamos

⁴ O livro *E Agora PT? – caráter e identidade*, organizado por Sader e publicado em 1986, apresentava as reflexões de intelectuais e dirigentes do partido acerca das dificuldades relativas à ausência de definições políticas mais claras. O texto desse autor era, de longe, o mais crítico aos elementos característicos da fase inicial do partido e está em sintonia com as preocupações que seriam expressas, pouco tempo depois, no 5º Encontro Nacional do PT. Suas posições, ainda que ecoem algumas idéias da teoria do *populismo*, inserem-se numa perspectiva distinta, seja pela preocupação com o tema do *político*, seja pela busca de conferir valor positivo a questões renegadas pelos teóricos do *populismo*, como as da *nação* e do *Estado*. Para o autor, a redução do papel político de um partido a uma expressão “pura” de sua identidade de classe não era suficiente para credenciá-lo como portador de uma perspectiva alternativa de poder (SADER, 1986: 154-59).

definir um plano de organização claro, é indispensável revermos algumas idéias difundidas no Partido, que fazem parte da nossa *cultura petista*, mas que não correspondem às nossas necessidades atuais. (...) Na *cultura política petista*, passamos muitas vezes a idéia de que o PT deveria ser o reflexo dos movimentos sociais, representante desses movimentos no plano político – o que termina significando representante no plano institucional e parlamentar. No extremo, o PT seria uma espécie de *braço parlamentar do movimento sindical* ou dos movimentos populares. O PT não poderia querer dirigir as lutas dos movimentos sociais, pois assim estaria desrespeitando a sua autonomia. Essa concepção é incorreta e confusa. Na verdade, se lutamos por um partido capaz de ser um instrumento real de luta pelo socialismo, esse partido tem que ser capaz de dirigir essa luta, de apontar seus rumos. Terá de se tornar o dirigente político dos trabalhadores. Para nós, trata-se de, respeitando a democracia dos movimentos, suas instâncias e características, disputar sua direção com propostas previamente debatidas nas instâncias do PT, articulando nossa atuação de luta sindical e popular com a construção partidária e nossa estratégia de luta pelo poder.” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 165)

Nada mais distante do discurso de Lula à 1ª Convenção Nacional do partido, em 1981, em que ele questionava as críticas dos que *não confiavam* nos trabalhadores organizados nos sindicatos para construir seu próprio programa.

O Vº Encontro também foi marcado pelas primeiras resoluções que estabeleciam o socialismo como o objetivo estratégico do PT. O termo *estratégia*, associado aos objetivos políticos de longo prazo, surge, aliás, de forma recorrente nas resoluções, evidenciando o crescimento da influência da tradição marxista no interior do partido.

As mudanças efetivadas no Vº Encontro, entretanto, não devem ser enxergadas como uma conversão do PT a uma orientação ideológica marcadamente marxista, tampouco social-democrata. Se a inspiração daqueles que deram vida a essas transformações era de coloração claramente leninista, os resultados posteriores das disputas partidárias demonstram que essa orientação estava longe de ser majoritária. Por um lado, o Encontro sinalizou na direção de um partido politicamente menos multifacetado (de fato, nos anos seguintes, a maior parte das disputas internas se dariam em geral em torno de dois blocos, a “esquerda” e os “moderados”). Por outro, abriu um período de disputa sobre a natureza desse partido, em especial após a constatação de que Lula era um candidato viável à Presidência da República. Essa disputa somente se encerraria com a vitória definitiva do campo “moderado”, reunida em torno de José Dirceu (e Lula), em 1995.

Bibliografia

- AARÃO REIS, Daniel. *A Revolução Falta ao Encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- AARÃO REIS, Daniel. “As esquerdas no Brasil: culturas e tradições”. In: Fortes, Alexandre (Org.), *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo/Chapecó: Fundação Perseu Abramo/Argos, 2005.
- AARÃO REIS, Daniel. “Entre Reforma e Revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964”. In: Ridenti, Marcelo e Aarão Reis, Daniel. *História do Marxismo no Brasil, vol.5*. Campinas: Editora Unicamp, 2007a.
- AARÃO REIS, Daniel. “O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas”. In: Ferreira, Jorge e Aarão Reis, Daniel (orgs.). *As Esquerdas no Brasil. Revolução e Democracia (1964...), vol.3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b.
- AZEVEDO, Clovis Bueno de. *A Estrela Partida ao Meio: ambigüidades do pensamento petista*. São Paulo: Entrelinhas, 1995.
- BARÃO, Carlos Alberto. “A Influência da Revolução Cubana Sobre a Esquerda Brasileira nos Anos 60”. In: Moraes, João Quartim de e Aarão Reis, Daniel. *História do Marxismo no Brasil, vol.1*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.
- BERBEL, Márcia Regina. *Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira (1978-1980)*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. (Dissertação, Mestrado em História), 1991.
- CÉSAR, Benedito Tadeu. *PT: a contemporaneidade possível (Base social e projeto político – 1980-1991)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.
- CLAUDÍN, Fernando. *A Crise do Movimento Comunista*. São Paulo: Global, 2 vols., 1986.
- DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- FERREIRA DE SÁ, Jair e AARÃO REIS FILHO, Daniel (orgs.). *Imagens da Revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- FORTES, Alexandre. “Reflexões sobre o lugar do PT na história da esquerda brasileira”. In: Fortes, Alexandre (Org.), *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo/Chapecó: Fundação Perseu Abramo/Argos, 2005.
- GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- GOENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Editado por Coutinho, C. N., Nogueira, M. A. e Henriques, L. S. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 6 vols, 1999-2002.
- GUEDES, Luzimar (Ed.). *Esquerda Armada: testemunho dos presos políticos do Presídio Milton Dias Moreira, no Rio de Janeiro*. Vitória: Edições do Leitor, 1979.

- GUIMARÃES, Juarez. *Claro enigma: o PT e a tradição socialista*. Campinas: Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Dissertação (Mestrado em Sociologia), 1990.
- LÊNIN, V. I. “Qué Hacer?” In: Strada, Vittorio (org.). *Qué Hacer?: teoría y práctica del bolchevismo*. Cidade do México: Ediciones Era, 1977.
- LULA, Luís Inácio da Silva. *Entrevistas e Discursos*. São Bernardo do Campo: ABCD – Sociedade Cultural, 1980.
- MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. “A Armadilha do Novo: Luiz Inácio Lula da Silva e uma esquerda que se imaginou diferente”. In: Ferreira, Jorge e Aarão Reis, Daniel (orgs.). *As Esquerdas no Brasil. Revolução e Democracia (1964...)*, vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido (1979-1982)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: Ed. UnB, 1982.
- MITRA ARQUIDIOCESANA DE SÃO PAULO. *Perfil dos Atingidos (projeto Brasil: Nunca Mais)*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- MONTENEGRO, Darlan F. *O Averso do Príncipe: programa e organização nas origens do Partido dos Trabalhadores*. Rio de Janeiro, IUPERJ, Tese (Doutorado em Ciência Política), 2009.
- NYLEN, William. “Reconstructing the Workers’ Party (PT): lessons from north-eastern Brazil”. In: Chalmers, D., Vilas, C., Hite, K., Martin, S., Piester, K. e Segarra, M. (Orgs.). *The new politics of inequality in Latin America: rethinking participation and representation*. New York: Oxford University Press, 1997.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Encontros Nacionais: resoluções (versão preliminar)*. São Paulo: Partido dos Trabalhadores, 1998.
- PONT, Raul. *PT: breve história*. Brasília: Câmara dos deputados, 1992.
- PRZEWORSKI, Adam e SPRAGUE, John. *Paper Stones: a history of electoral socialism*. Chicago e Londres: University of Chicago Press, 1986.
- RIDENTI, Marcelo. “Esquerdas Armadas Urbanas: 1964-1974”. In: Ridenti, Marcelo e Aarão Reis, Daniel. *História do Marxismo no Brasil, vol.6*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.
- SADER, Emir (org.). *E agora, PT? - Caráter e Identidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SAMUELS, David. “From Socialism to Social Democracy: party organization and the transformation of the Workers’ Party in Brazil”. In: *Comparative Political Studies*, Vol. 37, No. 9, 2004.
- SANTANA, Marco Aurélio. “Política e História em disputa: o ‘novo sindicalismo’ e a idéia da ruptura com o passado”. In: Jácome Rodrigues, Iram (org.), *O Novo*

Sindicalismo: vinte anos depois. Petrópolis/São Paulo: Vozes/Educ/Unitrabalho, 1999.

SARTI, Ingrid Piera. *Representação e a questão democrática contemporânea: o mal estar dos partidos socialistas*. Rio de Janeiro, IUPERJ, Tese (Doutorado em Ciência Política), 1998.

SEGATTO, J. A. *Breve História do PCB*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

SOUZA, Isabel Ribeiro de Oliveira Gómez de. *Trabalho e política: as origens do Partido dos Trabalhadores*. Petrópolis: Vozes, 1988.

STRADA, Vittorio. (org.) *Qué hacer? Teoría y práctica del bolchevismo*. Cidade do México: Ediciones Era, 1977.

WEFFORT, Francisco. *Partidos, sindicatos e democracia: algumas questões para a história do período 1945-1964*. Mimeo, 1974.

WERNECK VIANNA, Luiz. “Atualizando uma bibliografia: ‘novo sindicalismo’, cidadania e fábrica”. In: *Boletim informativo e bibliográfico de ciências sociais*, nº 17, 1984.